



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
NÚCLEO DE ANÁLISE DOCUMENTAL**

**CONTRATO Nº 20/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DA UNIÃO, E A EMPRESA RODRIGO BITENCOURT
DE AMORIM - ME.**

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio da **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**, CNPJ n.º 03.920.829/0001-09, situada na Avenida L-2 Sul Quadra 604, Lote 23, Brasília/DF, representada neste ato pela Secretária de Administração, **SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade n. 980.300 - SSP/DF, e do CPF n. 386.128.521-53, residente e domiciliada nesta capital, ou, nas suas ausências e impedimentos, pelo Secretário Substituto de Administração, **EDMILSON MARTINS DE ALCÂNTARA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 497907, SSP/DF, e do CPF n. 145.764.811-34, residente e domiciliado nesta capital, no uso da competência que lhes foi atribuída pela Portaria ESMPU n.º 144, de 08 de agosto de 2018, publicada no Boletim de Serviço de agosto de 2018, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**;

CONTRATADA: **RODRIGO BITENCOURT DE AMORIM - ME** (PANO PRA MANGA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.073.904/0001-10, com sede SCLN 305, Bloco C, 1º andar, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Senhor **RODRIGO BITENCOURT DE AMORIM**, residente e domiciliado nesta capital, portador da Carteira de Identidade n. 1.311.855 – SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n. 606.977.681-04, conforme Certidão Simplificada da Junta Comercial do DF, que informa que qualificado tem poderes para representá-la na assinatura do contrato, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas têm entre si justo e avençado e por este instrumento celebram o presente contrato por Inexigibilidade de Licitação, em regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço unitário, com base no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei 8.666/93, em conformidade com as disposições contidas nos autos do Processo ESMPU nº 0.01.000.005133/2018-65 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para a realização/fornecimento de serviços/produtos necessários à produção do curso de aperfeiçoamento a distância "**MPF e a diversidade sociocultural**" para capacitação do seguinte público-alvo:

1. servidores que atuam nas salas de atendimento ao cidadão;
2. servidores que atuam nos gabinetes dos membros que trabalham na temática da 6ª CCR;
3. técnicos de segurança institucional e transporte que acompanham os membros e peritos em campo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços e produtos a serem prestados pela empresa e que são necessários à produção do curso são:

1. Videoaulas específicas (uma para cada grupo do público-alvo):
 - a. consultoria e curadoria para elaboração do roteiro;

- b. confecção slides;
 - c. edição de videoaulas;
 - d. *coach* e acompanhamento filmagens;
 - e. gestão do projeto;
 - f. locação para filmagens e/ou gravação externa;
 - g. legendas videoaulas.
2. Videoaulas especiais (comuns aos três grupos do público-alvo):
- a. consultoria e curadoria para elaboração do roteiro;
 - b. atores/apresentadores;
 - c. *motion graphics* 2D - animação 2D;
 - d. edição de videoaulas de alta complexidade;
 - e. locação para filmagens e/ou gravação externa (entrevistas);
 - f. legendas videoaulas.
3. Textos gamificados:
- a. produção de conteúdo gamificado;
 - b. consultoria para gamificação do conteúdo/questões;
 - c. revisão de textos complementares – 30 a 120 páginas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato; às obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, datada de 8/11/2018, e dirigidas à CONTRATANTE; ao Termo de Referência nº 339/2018; bem como aos demais documentos constantes do Processo ESMPU nº 0.01.000.1.005133/2018-65 que, independentemente de transcrição, passam a integrar e complementar este contrato naquilo que não o contrariem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O curso será realizado no ambiente virtual de aprendizagem da ESMPU em data a ser definida pelo Orientador Pedagógico. Todas as datas são previstas e podem ser alteradas em caso de necessidade da ESMPU.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Carga horária: 40 h/a, sendo 30 h/a dedicadas à sensibilização dos participantes quanto à questão da diversidade e 10 h/a dedicadas à capacitação técnica em conteúdos específicos. O curso terá duração de 4 semanas, nos seguintes termos:

- 1. Item 1: 3 videoaulas específicas (uma para cada um dos 3 grupos do público-alvo): de 15 a 30 minutos de duração, cujo objetivo é capacitar cada grupo do público-alvo em conteúdo específico da sua área de atuação. Os vídeos serão produzidos em formato de debate – um entrevistador,

um antropólogo e um membro. A CONTRATANTE será responsável pela contratação dos antropólogos e membros e caberá à CONTRATADA a contratação do entrevistador;

- Item 2 : 3 videoaulas comuns aos 3 grupos do público-alvo. O objetivo é sensibilizar o público-alvo para a diversidade. Para esse item, além da filmagem, a CONTRATADA será responsável pela produção/criação dos referidos conteúdos (3 textos gamificados), curadoria e pesquisa de conteúdos para o minidocumentário e animações, produção das questões gamificadas, contratação dos atores, do capacitador, do doutor em gamificação e do psicólogo (ou profissional especializado/experiente em comunicação não-violenta).

PARÁGRAFO SEGUNDO - As videoaulas comuns aos três público-alvo tratarão sobre:

- 1ª videoaula–minidocumentário: apresentação de trechos de filmes com situações impactantes/provocativas, com possibilidade de entrevistas para dar unidade ao conteúdo – duração de, aproximadamente, 20 minutos;
- 2ª videoaula - Animação 2D: narração para trazer o assunto para a realidade do MPU – situações reais/caricaturas – duração de, aproximadamente, 10 minutos;
- 3ª videoaula: Comunicação não-violenta – psicólogo ou outro profissional especializado/experiente em comunicação não-violenta (com possibilidade de realização de psicodrama, situações encenadas por atores, de acordo com inputs do psicólogo ou especialista em comunicação não-violenta e outras técnicas). A videoaula será o fechamento do curso e terá duração de, aproximadamente, 30 minutos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O item 2 do parágrafo primeiro desta cláusula, poderá sofrer adequação para evitar a restrição de possibilidades de uso de jogos cujo objetivo é o aprofundamento do que foi tratado nas videoaulas. Dependendo da resposta do aluno às questões, ele será direcionado a uma trilha diferente dentro do texto complementar.

PARÁGRAFO QUARTO - O cronograma de atividades para produção do curso será executado, conforme tabela a seguir:

Atividade	Período
Produção das videoaulas comuns.	Até o dia 15 de dezembro de 2018.
Consultoria especializada para roteirização e curadoria de conteúdo.	Em data anterior à data de gravação das videoaulas (será realizada individualmente com cada docente contratado).
Gravação das videoaulas específicas: <ul style="list-style-type: none">• Locação do estúdio para filmagem e/ou gravação externa;• Coach, acompanhamento e direção de filmagens.	A gravação de cada videoaula deverá ocorrer em um dia. Durante os dias de filmagens haverá o serviço de <i>coach</i> , acompanhamento e direção.
<ul style="list-style-type: none">• Elaboração e confecção de slides;• Edição das videoaulas;• Legendas das videoaulas.	Até 10 dias após a gravação da videoaulas. Prazo final para entrega das videoaulas específicas editadas e legendadas: 28 de fevereiro de 2019. Obs.: os prazos incluem a validação pelo docente e os ajustes necessários.
Produção dos textos complementares gamificados.	Até o dia 28 de fevereiro de 2019

Gestão do projeto.	A partir da assinatura do contrato até a entrega final de todos os produtos.
Prazo para finalização dos serviços.	Até o dia 28 de fevereiro de 2019.

PARÁGRAFO QUINTO - Os períodos estabelecidos no cronograma acima poderão ser alterados em negociação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - O detalhamento de estrutura e locais de realização dos serviços, ora elencados, estão especificados na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO

O objeto deste termo será recebido, provisoriamente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias contados das entregas previstas no cronograma físico financeiro estabelecido na cláusula de pagamento deste contrato. E, **após a VALIDAÇÃO PELO DOCENTE da ESMPU, recebido definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – As partes poderão celebrar acordo para supressão além do limite estabelecido no *caput* desta Cláusula, conforme estipulado no inciso II, do § 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados será na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Por via deste instrumento contratual, a CONTRATANTE se obriga a:

1. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela

CONTRATADA.

2. Selecionar os participantes do curso e tomar todas as providências cabíveis.
3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços objeto deste contrato.
4. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços.
6. Aplicar sanções administrativas quando se fizerem necessárias, após o direito da ampla defesa e do contraditório.
7. Aplicar formulário próprio de avaliação da atividade no qual serão avaliados os seguintes quesitos referentes ao desempenho didático do docente: transmissão dos objetivos da atividade, sumarização e revisão das unidades ensinadas, sequência da apresentação das unidades, clareza na apresentação dos conteúdos, ritmo de apresentação do conteúdo, nível de profundidade com que os conteúdos foram abordados, domínio do conteúdo, utilização de exemplos referentes à realidade do MPU, adequação das estratégias de ensino, utilização adequada de recursos instrucionais, cumprimento da programação divulgada, incentivo à participação e qualidade das atividades de aprendizagem.
8. Fornecer à empresa cópia do comprovante de pagamento.
9. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada.
10. Notificar por escrito, as observações que julgar necessárias à a perfeita conclusão dos serviços, na hipótese de rejeição dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por via deste instrumento contratual, a CONTRATADA obriga-se a:

1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
2. Cumprir os prazos, cronogramas de execução, datas estipuladas pela CONTRATANTE para realização dos serviços que são objeto deste contrato.
3. Providenciar a equipe necessária para a perfeita prestação dos serviços, zelando para que a atuação dos profissionais seja compatível com as necessidades deste contrato e com as funções que lhes foram atribuídas, atuando no sentido de evitar comportamentos inadequados, prejudiciais ao serviço, inconvenientes ou insatisfatórios.
4. Providenciar e disponibilizar os equipamentos usados na prestação dos serviços (câmeras, microfone, teleprompter, equipamentos de som e luz profissionais, entre outros).
5. Supervisionar os serviços e manter suporte inerente aos serviços a serem executados, garantindo um serviço de alto padrão, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.
6. Atender as recomendações, definições e diretrizes estabelecidas pela CONTRATANTE para o desenvolvimento e aprimoramento dos serviços.
7. Diligenciar para que seus funcionários ou prepostos tratem os membros, participantes do curso e os ocupantes dos prédios em que venham a ser realizadas as atividades com atenção e urbanidade.

8. Responder pelo cumprimento das normas legais de âmbito federal, estadual ou municipal.
9. Manter, durante todo o período de execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.
10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e obrigações sociais, comprometendo-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
11. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.
12. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, a execução de serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pela CONTRATANTE.
13. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão da CONTRATANTE.
14. Comunicar imediatamente, de forma escrita e detalhada, à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços.
15. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.
16. Disponibilizar endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
17. Responsabilizar-se, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pela Administração, pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, originados direta ou indiretamente dos serviços, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade; não o cumprindo, legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus.
18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas neste contrato.
21. Não caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira.
22. Não ter no seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação na ESMPU, sob pena de rescisão contratual, conforme Resolução CNMP nº 37/2009.
23. Assegurar que os serviços objeto deste contrato serão, pessoal e diretamente coordenados/prestados pelos profissionais: Rodrigo Bitencourt de Amorim, Marilene de Souza, Thais Borges, Mirela Martorelli de Novaes, Ana Elisa Almeida Silva, Silvana Ribeiro, Akemi Kawagoe, Jessica Alencar, Mayangdi Inzaulgarat, Amilson Lessa Vieira, Rodrigo Senna e

CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da Categoria Econômica 3.3.90.39, do Programa/Atividade 03128058120HP0001, constante do Orçamento Geral da União para este fim.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para cobertura das despesas neste exercício foi emitida a Nota de Empenho nº 2018NE000647, de 27/11/2018, no valor de R\$ 71.253,33 (setenta e um mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ 132.483,33 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), conforme valores unitários abaixo.

VALOR POR VIDEOAULAS ESPECIAIS				
Comuns aos 3 grupos				
Item	Qtd	Curso	Valor Unitário	Total
Consultoria e Curadoria para elaboração do roteiro	3	1	R\$3.985,00	R\$11.955,00
Atores/apresentadores	5	1	R\$ 3.000,00	R\$15.000,00
Motion graphics 2D - animação 2D 10 minutos (10 min)	1	1	R\$ 10.000,00	R\$10.000,00
Edição de videoaulas de alta complexidade	3	1	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
Locação para filmagens e/ou gravação externa (entrevistas)	4	1	R\$ 2990,00	R\$11.960,00
Legendas videoaulas	3	1	R\$190,00	R\$570,00
VALOR TOTAL (3 videoaulas especiais comuns aos 3 grupos)				R\$52.485,00
Valor unitário da videoaula especial				R\$17.495,00

Textos gamificados				
Item	Qtd	Curso	Valor Unitário	Total

Produção de Conteúdo gamificado	3	1	R\$10.000,00	R\$30.000,00
Consultoria para Gamificação do conteúdo/questões	3	1	R\$10.000,00	R\$30.000,00
Revisão de textos complementares – 30 a 120 páginas	3	1	R\$410,00	R\$1.230,00
VALOR TOTAL (3 textos gamificados)				R\$61.230,00
Valor unitário do texto gamificado				R\$20.410,00

VALOR POR VIDEOAULAS ESPECÍFICA 1 vídeoaula para cada grupo				
Item	Qtd	Cursos	Valor Unitário	Total
Consultoria e Curadoria para elaboração do roteiro	1	1	R\$3.985,00	R\$3.985,00
Confecção Slides	15	1	R\$50,00	R\$750,00
Edição de videoaulas	3	1	R\$720,00	R\$2.160,00
Coach e Acompanhamento Filmagens	3	1	R\$500,00	R\$1.500,00
Gestão do Projeto	1	1	R\$833,33	R\$833,33
Locação para filmagens e/ou gravação externa	3	1	R\$2.990,00	R\$8.970,00
Legendas videoaulas	3	1	R\$190,00	R\$570,00
VALOR TOTAL (3 vídeoaulas específicas para cada grupo)				R\$18.768,33
Valor unitário da videoaula específica para cada grupo				R\$6.256,11

Item	Quantidade	Valor unitário	Valor total do item
Videoaulas especiais, comuns aos 3 grupos	3	R\$17.495,00	R\$52.485,00
Videoaulas específicas para cada grupo (modelo do contrato original nº 16/2017)	3	R\$6.256,11	R\$18.768,33
Textos gamificados	3	R\$20.410,00	R\$61.230,00
			R\$122.483,33

Valor total geral do curso "MPF e a diversidade sociocultural"	R\$132.483,33
---	----------------------

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, custos operacionais, despesas administrativas, apoio operacional, coordenação e remuneração dos profissionais que prestarão os serviços, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, conforme cronograma físico-financeiro abaixo, por meio de ordem bancária creditada em conta corrente.

Entrega	Produtos	Valor
1ª entrega	1ª videoaula específica (editada e validada pelo docente)	R\$6.256,11
2ª entrega	2ª videoaula específica (editada e validada pelo docente)	R\$6.256,11
3ª entrega	3ª videoaula específica (editada e validada pelo docente)	R\$6.256,11
4ª entrega	1ª videoaula comum aos 3 grupos (editada)	R\$17.495,00
5ª entrega	2ª videoaula comum aos 3 grupos (editada)	R\$17.495,00
6ª entrega	3ª videoaula comum aos 3 grupos (editada)	R\$17.495,00
7ª entrega	1ª texto gamificado	R\$20.410,00
8ª entrega	2ª texto gamificado	R\$20.410,00
9ª entrega	3ª texto gamificado	R\$20.410,00
TOTAL		R\$132.483,33

Detalhamento 1ª, 2ª e 3ª entregas - Videoaula específica			
Item	Qtd	Valor Unitário do item	Total
Consultoria e Curadoria para elaboração do roteiro	1	R\$ 1328,33	R\$ 1328,33
Confecção Slides	5	R\$50,00	R\$250,00
Edição de videoaulas	1	R\$720,00	R\$720,00

Coach e Acompanhamento Filmagens	1	R\$500,00	R\$500,00
Gestão do Projeto	1	R\$833,33	R\$277,78
Locação para filmagens e/ou gravação externa	1	R\$2.990,00	R\$2.990,00
Legendas videoaulas	1	R\$190,00	R\$190,00
Valor unitário da videoaula específica para cada grupo			R\$6.256,11

Detalhamento 4ª, 5ª e 6ª entregas - Videoaula comum aos 3 grupos (especiais)			
Item	Qtd	Valor Unitário	Total (por videoaula)
Consultoria e Curadoria para elaboração do roteiro	1	R\$3.985,00	R\$3.985,00
Atores/apresentadores	5 (os cinco profissionais atuarão nos 3 vídeos - o valor foi distribuído nas 3 entregas)	R\$1.000,00	R\$5.000,00
Motion graphics 2D - animação 2D 10 minutos	10 (valor total dividido pelas 3 entregas)	R\$333,33	R\$3.333,33
Edição de videoaulas de alta complexidade	1	R\$1.000,00	R\$1.000,00
Locação para filmagens e/ou gravação externa (entrevistas)	4 (valor total dividido pelas 3 entregas)	R\$996,66	R\$ 3986,67
Legendas videoaulas	1	R\$190,00	R\$190,00
Valor unitário da videoaula comum aos 3 grupos (especiais)			R\$17.495,00

Detalhamento 7ª, 8ª e 9ª entregas - textos gamificados			
Item	Qtd	Valor Unitário	Total
Produção de Conteúdo gamificado	1	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Consultoria para Gamificação do conteúdo/questões	1	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Revisão de textos complementares – 30 a 120 páginas	1	R\$410,00	R\$410,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em nome da Escola Superior do Ministério Público da União, CNPJ nº 03.920.829/0001-09, e discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento somente será autorizado depois de efetuados a validação das gravações pelo docente e o “atesto” pelo setor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

PARÁGRAFO QUARTO – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta, ou inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATANTE deverá avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar instrumentos para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento (glosa) com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO SEXTO – Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO – Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a comprovação da regular situação da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, Receita Federal (dívida ativa da união e tributos federais), Municipal ou Distrital do seu domicílio ou sede, bem como regularidade trabalhista (CNDT atualizada).

PARÁGRAFO NONO – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (6/100) / 365 \rightarrow I = 0,00016438$$

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

O preço é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. comportar-se de modo inidôneo;
5. cometer fraude fiscal; e
6. descumprir total ou parcialmente o acordo de prestação de serviços referente às Tabelas 1 e 2.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para

o serviço contratado;

2. Multa de:

- a. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor total em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor total do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos.

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As sanções previstas nos itens 1, 3 e 4 do parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor total do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor total do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor total do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor total do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor total do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de;		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

PARÁGRAFO QUARTO – Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUINTO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO SEXTO – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO OITAVO – Se o valor da multa não for depositado na conta do Tesouro Nacional, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar automaticamente da primeira parcela de crédito que a CONTRATADA vier a fazer jus, e se o valor for superior a esta, poderá ser abatido do valor da garantia de execução do contrato, se houver, ou cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO – Em todos os casos de aplicação de multa pecuniária, o valor será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da decisão de aplicação de uma ou mais penalidades previstas na cláusula anterior, caberá recurso administrativo, na forma prevista do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de aplicação das penalidades de advertência, multa ou suspensão temporária, referidas na cláusula anterior, caberá recurso dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, por intermédio do Secretário de Administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Secretário de Administração poderá, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou, no mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, para apreciação e decisão do Diretor-Geral.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de aplicação da penalidade prevista no artigo 87, IV, da Lei 8666/93, caberá pedido de reconsideração dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento dos serviços será exercida por representantes designados pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 67, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao responsável pela fiscalização competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução e anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com os serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de penalidade, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer condições estabelecidas na contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE e/ou terceiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá indicar um preposto que representará a empresa, mantendo permanente contato com a CONTRATANTE, dirimindo os problemas que venham surgir no andamento dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir da data da última assinatura eletrônica deste instrumento até 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo da última etapa do objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses elencadas no §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE publicará, à sua conta e no prazo estipulado no artigo 61 da Lei nº 8.666/93, extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VALIDADE

Este contrato foi devidamente analisado pela assessoria jurídica competente, com parecer favorável, atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas atinentes à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir as dúvidas originárias da execução dos serviços objeto deste instrumento contratual, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Bitencourt de Amorim, Usuário Externo**, em 29/11/2018, às 13:20 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL, Ordenador de Despesas**, em 30/11/2018, às 15:19 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0124973** e o código CRC **D2FE70A6**.

SGAS Avenida L2 Sul, Quadra 604, Lote 23 - Bairro Asa Sul - CEP 72904-060 Brasília - DF
Telefone: (61) 3313-5115 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.005133/2018-65
ID SEI nº: 0124973

03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2018NE000061, de 09/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2018NE000035, de 04/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2018NE000129, de 30/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2018NE000266, de 16/02/2018. Vigência: 05/10/2018 a 04/10/2023. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA (Diretor Executivo) pelo Credenciado ALBIA REGIANE DE ARAÚJO SPINDOLA (Sócio Administrador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.203/2018

Termo de Credenciamento nº 1203/2018, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a ARTE ODONTOLOGIA INTEGRAL LTDA para prestação de Serviços Odontológicos. Processo: 1.00.000.014829/2018-71. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2018NE000070, de 16/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2018NE000061, de 09/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2018NE000035, de 04/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2018NE000129, de 30/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2018NE000266, de 16/02/2018. Vigência: 10/10/2018 a 09/10/2023. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA (Diretor Executivo) pelo Credenciado ANA PAULA RINO SIQUEIRA DE ANDRADE (Sócio Administrador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.209/2018

Termo de Credenciamento nº 1209/2018, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a VERSATO ODONTOLOGIA INDIVIDUALIZADA LTDA - ME para prestação de Serviços Odontológicos. Processo: 1.00.000.012974/2018-18. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2018NE000070, de 16/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2018NE000061, de 09/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2018NE000035, de 04/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2018NE000129, de 30/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2018NE000266, de 16/02/2018. Vigência: 11/10/2018 a 10/10/2023. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA (Diretor Executivo) pelo Credenciado BERNARDO BRITO LUIZ (Sócio Administrador) e LEANDRO NASCIMENTO RODRIGUES DOS SANTOS (Sócio Administrador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.257/2018

Termo de Credenciamento nº 1257/2018, celebrado entre o Ministério Público da União e VALÉRIA FERNANDES MARANHÃO. Objeto: Prestação de serviços odontológicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por um período de sessenta meses, a partir de 07/08/2018. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93. Elemento de despesa no MPF: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPF: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPF: 2018NE000044, de 17.01.2018. Elemento de despesa no MPT: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPT: 2018NE000045, de 23.01.2018. Elemento de despesa no MPM: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPM: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPM: 2018NE000034, de 04.01.2018. Elemento de despesa no MPDFT: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPDFT: 03.301.0581.2004.0053. Nota de Empenho no MPDFT: 2018NE000130, de 31.01.2018. Elemento de despesa no CNMP: 33.90.36. Programa de Trabalho no CNMP: 03.301.2100.2004.5664. Nota de Empenho no CNMP: 2018NE000268, de 16.02.2018. Assinatura: Marcius Correia Lima, Diretor Executivo do Plan-Assiste/MPF, pelo Credenciante, Valéria Fernandes Maranhão, pelo Credenciado.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.210/2018

Termo de Credenciamento nº 1210/2018, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a CLÍNICA DE OLHOS TEIXEIRA PINTO LTDA para prestação de Serviços Médicos. Processo: 1.00.000.013831/2018-23. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2018NE000070, de 16/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2018NE000061, de 09/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2018NE000035, de 04/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2018NE000129, de 30/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2018NE000266, de 16/02/2018. Vigência: 10/10/2018 a 09/10/2023. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA (Diretor Executivo) pelo Credenciado ANDERSON GUSTAVO TEIXEIRA PINTO (Sócio Administrador) e RAFAEL SIMÕES TEIXEIRA (Sócio Administrador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.216/2018

Termo de Credenciamento nº 1216/2018, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a WGA CLÍNICA CIRÚRGICA LTDA para prestação de Serviços Médicos. Processo: 1.00.000.016121/2018-55. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2018NE000070, de 16/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2018NE000061, de 09/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2018NE000035, de 04/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2018NE000129, de 30/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2018NE000266, de 16/02/2018. Vigência: 16/10/2018 a 15/10/2023. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA (Diretor Executivo) pelo Credenciado WADAD GONZAGA ABDALA (Sócio Administrador).

EDITAL Nº 8 - MPU, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018
10º CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 10º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU) torna público que o edital de resultado provisório na avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararam pessoas com deficiência, de resultado provisório no procedimento de verificação da condição declarada para concorrer à vagas reservadas aos candidatos negros e de resultado provisório na análise da documentação entregue para o desempate de notas, referentes ao 10º concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União, estará disponível na internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mpu_18, no dia 6 de dezembro de 2018.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 20/2018. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: RODRIGO BITENCOURT DE AMORIM - ME (CNPJ 38.073.904/0001-10). Objeto: contratação de serviços para a realização/fornecimento de serviços/produtos necessários à produção de curso de aperfeiçoamento a distância. Fundamento Legal: art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei 8.666/93. Vigência: de 30/11/2018 até 18/06/2019. Data de Assinatura: 30/11/2018. Valor Total: R\$ 132.483,33. Nota de empenho: 2018NE000647, datada de 27/11/2018. Programa de Trabalho: 03128058120HP0001. Elemento de Despesa: 3.3.90.39. Processo: 5133/2018-65. Signatários: SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL, pela Contratante, RODRIGO BITENCOURT DE AMORIM, pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2018 - UASG 200100

PROCESSO Nº 1.00.000.020694/2017-01

A Procuradoria Geral da República torna pública a adjudicação do objeto do Pregão supracitado, pelo critério de menor preço, à empresa CIPLAC COMERCIO DE PLACAS E CARIMBOS LTDA, CNPJ nº 54.472.097/0001-64, no valor de R\$ 19.386,00. Os preços e as especificações estão à disposição para consulta no site www.transparencia.mpf.mp.br.

PAULO VICTOR TEIXEIRA DA FONSECA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2018 - UASG 200100

Nº Processo: 019970/2018-61. Objeto: Contratação de serviço de emolduramento de cartazes, gravuras, certificados e outros, sob demanda, para atender as necessidades da Procuradoria-Geral da República e seus anexos no ano de 2019.. Total de Itens Licitados: 11. Edital: 05/12/2018 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200100-5-00083-2018. Entrega das Propostas: a partir de 05/12/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/12/2018 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

PAULO VICTOR TEIXEIRA DA FONSECA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

(SIASGnet - 04/12/2018) 200100-00001-2018NE000016

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 7/2018

Contratantes: UNIÃO, por intermédio da PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO, e a empresa MULTI CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, CNPJ: 20.298.792/0001-30. Objeto: prestação de serviços especializados de engenharia, visando adaptações do edifício-sede da PRRS: correção do nivelamento do piso da área de serviço, impermeabilização da caixa d'água, alterações de leiaute nos compartimentos dos vigilantes, dos técnicos em transporte e dos funcionários terceirizados e da sala de informática na sede da Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Processo: 1.05.000.000280/2018-51. Assinam, em 29/11/2018, pela PRR-5ª Região, a Sra. Clarinda Veloso, Secretária Regional e, pela empresa, o Sr. Francisco Arnaud Diniz Júnior

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 13/2018

A pregoeira da Procuradoria Regional da República da 5ª Região torna público o resultado do pregão nº 13/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada de serralharia. O objeto foi fracassado. Mais informações em www.comprasgovernamentais.gov.br.

RACHEL RODRIGUES WANDERLEY

(SIDECE - 04/12/2018) 200100-00001-2018NE000016

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2018 - UASG 200031

Nº Processo: 1.14.2677/2018-79. Objeto: Aquisição de materiais elétricos.. Total de Itens Licitados: 165. Edital: 05/12/2018 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron, - Salvador/BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200031-5-00024-2018. Entrega das Propostas: a partir de 05/12/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/12/2018 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Favor verificar as especificações dos Itens no edital..

LUIZ ANTONIO BARRETO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIASGnet - 03/12/2018) 200100-00001-2018NE000016

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 22/2018

A Procuradoria da República na Bahia torna público o resultado do referido Pregão, homologado pelo Secretário Estadual Substituto Frederico Guilherme Penalva Mattos, em que foi vencedora a empresa TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CNPJ: 33.000.118/0001-79), para os itens 1 e 2, com os valores globais anuais de R\$ 11.088,86, cada. O Item 03 foi deserto.

LUIZ ANTONIO BARRETO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIDECE - 04/12/2018) 200100-00001-2018NE000016

